



Ministério da Educação

Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão
Esplanada dos Ministérios, Bloco L, Edifício-Sede - 2º Andar - CEP 70047-900

Telefones: 2022-9018/9217 - <http://www.mec.gov.br>

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO NACIONAL PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA – CADARA

Aos vinte e seis de setembro de dois mil e vinte e três, às nove horas (horário de Brasília-DF), foi realizada a **Segunda Reunião Ordinária da Comissão Nacional para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana – Cadara**, instituída pela Portaria nº 991, de 23 de maio de 2023. A reunião ocorreu no Edifício Sede do Ministério da Educação, em Brasília-DF. A reunião foi convocada para o debate e as providências quanto às seguintes pautas: leitura e aprovação da ata da reunião extraordinária; apresentação das organizações CECUN, Centro de Estudos da Cultura Negra e Uneafro, União de Núcleos de Educação de Educação Popular para Negras/Negros e Classe Trabalhador; apresentação sobre o Plano Nacional de Educação; planejamento estratégico Cadara PNE; rodada de discussões sobre a construção da Política Nacional de Educação para as Relações Étnico-Raciais na perspectiva da equidade racial; panorama do cumprimento das Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais nos municípios brasileiros; apresentação da Comitiva “Caminhos Amefricanos”. Participaram da reunião os seguintes membros e convidados: **a) membros:** Alayanne Araujo da Conceição (Educafro); Ana Cristina Juvenal da Cruz (Anped); Antônio Carlos Malachias (CEERT); Bartolina Ramalho Catanante (TEZ/MS); Carlos de Lima Furtado (CNTE); Cassi Ladi Reis Coutinho (Conen); Célia Cristina de Souza Gedeon Araujo (Inep); Clélia Mara dos Santos (Undime); Clícea Maria Augusta de Miranda (Ipeafro); Douglas Elias Belchior (Uneafro); Francisca Marleide do Nascimento (Conaq); Gesuína de Fátima Elias Leclerc (Sase/MEC); Gilvânia da Conceição Nascimento (UNCME); Ione da Silva Jovino (IBEJI REDE); Iraneide Soares da Silva (ABPN); João Carlos Pio de Souza (APNs); Katia Cristina da Silva Vaz (Inep); Lara Santos Rocha (CEERT); Lázaro Raimundo dos Passos Cunha (Ineg); Lígia dos Santos Ferreira (CONNEABS); Luciana Magri (SEB/MEC); Luciano Chagas Barbosa (Setec/MEC); Lucineia Chrispim Pinho Micaela (MNU); Luiz Carlos Oliveira (CECUN); Marinildes Pereira Martins (CCN/MA); Maryllia Reis (RMN/PR); Ricardo Tonassi

Souto (Foncede); Rodvania Frazão Macedo (Unegro); Rosa Margarida de Carvalho Rocha (Geaps); Sandrali de Campo Bueno (Renafro); Valquiria da Silva Ferreira (Instituto De Mulheres Negras – Imune); **b) convidados:** Adriana Conceição Santos dos Santo (FPEDERS); Daiane Lopes (SEB/MEC); Goreth da Silva Pinto (FPEER/AC); Maria das Graças Santos (FMN/DF); Neliane Maria (FMN/DF); Raquel Pereira (FNDE); Wagner Alves Santana (Unesco); Também participaram, pela Secretaria-Executiva da Cadara, Lucimar Rosa Dias (Secadi/MEC); Adriana de Cássia Moreira, Giane Vargas e Edivar Ferreira de Noronha Júnior (CGFERQ/DIPERQ/Secadi/MEC). A coordenadora Giane Vargas fez a abertura da reunião. Marina Andrade, do Grupo de Mulheres Negras do Distrito Federal, realizou uma apresentação cultura. Após a apresentação musical, foi formada mesa com a diretora Lucimar Rosa Dias, a coordenadora-geral Adriana Moreira. Lucimar ressaltou que a política para as relações étnico-raciais (ERER) é dinâmica e presente em diversas frentes. Nesse sentido, comentou sobre o lançamento do Parfor Equidade, construído com a participação efetiva da Diretoria de Políticas de Educação Étnico-Racial e Educação Escolar Quilombola (Diperq). Adriana Moreira falou sobre a reconstituição da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (Secadi) e sobre o trabalho da Diperq que tem colocado as relações étnico-raciais em uma perspectiva mais ampla no campo educacional. Adriana apresentou a ata da reunião extraordinária de 18 de agosto de 2023, que foi aprovada após realizado pequeno ajuste apontado por Célia Gedeon. A diretora Lucimar Rosa apresentou a organização da Secadi e a composição da Diperq. Passou então a tratar da proposta de uma política nacional para a educação das relações étnico-raciais na perspectiva da equidade racial e salientou a importância dos dados em relação à população negra para a elaboração e o redesenho de políticas que promovam a equidade racial. Comentou sobre o papel do movimento negro representado pela Cadara de atuar para que municípios e estados alterem seus currículos e para que informem sobre os estudantes negros nas redes de ensino. Trouxe a importância de o Plano Nacional de ERER estar em consonância com o próximo Plano Nacional de Educação (PNE), para que as políticas possam ser efetivadas. A partir dessa fala, Adriana Santos comentou sobre a importância de se discutir proposições também entre deputados e vereadores. Iraneide Soares falou sobre o desafio trazido pela Undime quanto à prestação de contas das secretarias municipais: aquelas que não apresentam ações para a ERER são reprovadas. Questionou, contudo, qual seria o espaço da política de ERER nas secretarias, e sugeriu que a Cadara produzisse um documento, endereçado aos estados e aos municípios, a respeito dos espaços institucionais da política de ERER. Carlos Furtado pontuou a necessidade de um documento que orientasse os movimentos sociais nos Fóruns Estaduais de Educação. Lucimar comentou que a Cadara tem assento como titular no Fórum Nacional de Educação (FNE) sendo que o CEERT ocupa o lugar de suplente e que a partir de discussão interna deverão ser definidos critérios (de gênero e região) para designar as

representações da Cadara na Conferência Nacional de Educação. Valquiria Ferreira questionou quais seriam as metodologias e ações da Cadara para contemplar a população de rua, composta em sua maioria por pessoas negras. A diretoria respondeu que não há uma ação específica nesta direção, pois o foco da Cadara é a política educacional. Foi formada uma nova mesa, com Luiz Carlos e Douglas Belchior. Luiz Carlo apresentou a experiência do CECUN sobre o “Comitê Interinstitucional Monitorar, Avaliar e Aferir Implementações Efetivas de Políticas para a Equidade Racial e Combate ao Racismo: Minicursos regionais e encontro estadual sobre as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 no Estado do Espírito Santo”, com destaque para a Campanha Nacional Fazer Valer. Douglas Belchior apresentou as atividades da Uneafro: “1ª Jornada pela Equidade Racial na Educação”. Marlene Nascimento comentou que desde a primeira reunião da Cadara foram feitas reuniões com a secretaria de educação do estado, aproximando os quilombos e que uma das ações debatidas foi sobre a permanência dos jovens. Bartolina Catanante falou sobre a necessidade de um plano de ação para intervir na Conae e sobre a importância de se fortalecer a educação popular, trazida por Douglas em sua apresentação. Iraneide Soares enfatizou a necessidade de se fortalecer projetos e programas de educação popular na perspectiva da ERER. Em complemento, Lucineia Chrispim comentou que a educação popular precisa trazer a pauta da negritude. Rosa Margarida defendeu que para a construção das políticas públicas os professores devem ser ouvidos e consideradas as pesquisas feitas no chão de escola. Também defendeu que para se efetivar a Lei nº 10.639, fragmentar o racismo e construir uma escola antirracista, deve haver uma formação ampla e o letramento racial dos gestores. Gesuína Leclerc mencionou sobre a extinção da Secad, em governos anteriores no arranjo institucional do MEC, sobre os objetivos da Diperq no enfrentamento ao racismo e afirmou que o êxito escolar está relacionado à intersetorialidade, a exemplo do esporte e da saúde. Também afirmou que a presença das crianças negras nas escolas relaciona-se ao custo-aluno. Valquíria relatou sobre sua experiência como psicóloga escolar e sugeriu que a Cadara estabelecesse metodologias para as capacitações em ERER nas secretarias de educação. Antônio Carlos Malachias apresentou breve histórico sobre o Plano Nacional de Educação e salientou a importância das organizações para terem uma participação efetiva na Conae, para negociar uma política ampla na qual deve ser reforçada a ideia da diversidade como diferença e superação das desigualdades. Adriana Conceição trouxe a experiência do Fórum de Educação do Rio Grande do Sul: a articulação com órgãos de controle e fiscalização das práticas de ERER nas escolas e nas redes e a intenção do fórum de construir núcleos regionais articulados com movimentos negros locais. Já Sandrali falou sobre a contribuição da Renafro, Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde, na Cadara, para tratar da tradição afro-brasileira e diaspórica na educação. Luiz Carlos e Douglas Belchior fizeram as considerações finais. Luiz pontuou que a Secadi deve desburocratizar e flexibilizar procedimentos para que as organizações negras nos estados

tenham condições de acessar os projetos e que a Cadara deve propor ações para capacitar os docentes e fortalecer as organizações negras. Douglas comentou sobre a capacidade de negociação e de força política dos membros da comissão para dialogar com as forças que estão no Congresso. Às 14h, após o intervalo para o almoço, foi retomada a reunião. Giane Vargas convidou o professor Heleno Araújo, coordenador do Fórum Nacional de Educação e presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, para compor a mesa. Heleno fez uma apresentação sobre o “Plano Nacional de Educação: histórico e conjuntura”. Após uma contextualização a respeito do PNE vigente (2014-2024) e do PNE anterior (2001-2011), Heleno comentou sobre o Conferência Extraordinária de Educação, convocada por meio do Decreto nº 11.697, de 11 de setembro de 2023, para tratar do PNE decênio 2024-2034, para a qual entende que o grande desafio, além de pensar o novo PNE, é o de estabelecer as formas de implementá-lo. Aberta a mesa para questões, Goreth da Silva sugeriu que fosse produzido um documento orientador sobre a importância de os estados e municípios realizarem as conferências de educação. Heleno explicou que desde 2007 não há financiamento para as etapas municipais, mas que para a etapa estadual do ano corrente, a Universidade Federal de Pernambuco e a Universidade Federal de Juiz de Fora farão os repasses para a realização dos fóruns estaduais. Adriana Conceição perguntou se existe alguma orientação sobre os fóruns municipais. Heleno salientou que a realização dos fóruns municipais nunca foi obrigatória, realiza-se por estímulo dos estados. Para tanto, serão divulgados sete vídeos (um para cada eixo da Conae) sobre as ementas do documento de referência, para colaborar com a mobilização. Rosa Margarida destacou a inexistência, nos sete eixos, de uma questão direta e específica sobre a educação para as relações étnico-raciais. A esse respeito, Heleno reforçou a importância da participação da Cadara na discussão e assumiu o compromisso de incluir o tema nas ementas dos eixos. Gilvânia Nascimento falou da importância da participação dos membros da Cadara nas conferências municipais. Segundo ela, na Bahia, com 417 municípios, conta com mais de 300 conferências cadastradas. Defendeu que a agenda étnico-racial deve ser levada às conferências livres de cada estado pela Cadara e a Secadi. Carlos Furtado trouxe a necessidade de uma diretriz sobre como a Cadara intervirá nos municípios e na Conae, a respeito do que a comissão deseja que esteja no PNE, entre elas, a definição de formação, que não se confunde com mentoria. Defendeu a importância de se garantir concursos para professores negros e a formação desses professores. Por fim, disse que em Tocantis a área de um quilombo foi incendiada. Adriana Conceição salientou a importância de o documento orientador explicitar a pauta de EREER. Rosa Margarida reforçou a necessidade de políticas específicas para a população negra. Segundo ela, a valorização da cultura afro-brasileira foi pulverizada na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e perguntou sobre como os representantes da Cadara poderão, na Conae, questionar a BNCC e a inclusão da educação para a EREER no PNE. João Pio defendeu que o racismo deve ser pauta das

discussões da educação desde a pré-escola até a pós-graduação. Heleno explicou sobre a metodologia e as perspectivas para a inclusão das pautas de EREER no debate da Conae e lembrou que a conferência não tem caráter deliberativo e que, portanto, a reivindicação deve ocorrer no Congresso, onde o PNE será aprovado. Desfeita a mesa e após intervalo, Adriana Moreira orientou a composição de grupos de 4 a 5 pessoas. Para cada grupo distribuiu quatro metas do PNE vigente e pediu a seus membros que reformulassem as metas de acordo com a agenda de EREER. Também pediu que propusessem estratégias de mobilização e intervenção em torno da agenda. Lucimar coordenou a apresentação dos grupos e projetou o Painel de Monitoramento do PNE. Gilvânia Nascimento, em virtude de imprevisto, antecipou sua apresentação prevista para o segundo dia de reunião, a respeito da “Implementação das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 nos sistemas de ensino”. Lucimar reforçou a importância das normativas de EREER, pois legitimam a cobrança das comunidades para a sua aplicação. Adriana Conceição comentou que no Rio Grande do Sul foram enviados questionários aos municípios para mapear aqueles que possuem normativas próprias a respeito da EREER. Lázaro Raimundo sugeriu que o ENEM tivesse um percentual de questões com conteúdo exigidos pelas Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008. Rosa Margarida perguntou sobre a forma de atuação nas escolas para saber sobre a incidência efetiva da EREER nos Projetos Político Pedagógicos (PPPs). Edivar Noronha sugeriu que fosse disponibilizado, no portal da política de EREER, um mapa de consulta as normativas de EREER por estado e município. Gilvânia defendeu a construção de diretrizes conjuntas para a implementação das leis. Aos vinte e sete de setembro de dois mil e vinte e três, às nove horas (horário de Brasília-DF), o segundo dia de reunião começou com a retomada das apresentações de proposições de metas para o PNE. Foi destaque a discussão sobre a educação integral e a necessidade de estabelecer conexão entre as atividades culturais e o conhecimento da comunidade negras junto as escolas. Billy Malaquias apontou a necessidade de a escola integrar a diversidade das realidades territoriais. Lucimar trouxe a necessidade de a Cadara apropriar-se das políticas que estão sendo instituídos no MEC, a exemplo do Programa Escola em Tempo Integral (Lei nº 14.640, de 31 de julho de 2023): que ações a comissão propõe para uma Escola em Tempo Integral (ETI) na perspectiva da educação étnico-racial? Francisca Marleide propôs uma discussão sobre as ETI nos territórios quilombolas, pois se faz necessário trabalhar com a questão do pertencimento e da identidade no contraturno. Adriana Moreira sugeriu que o tema da ETI pautasse a próxima reunião ordinária ou extraordinária. Gesuína defendeu a inclusão do eixo 8, relações étnico-raciais, para os trabalhos da Conae e a inclusão de uma meta específica sobre EREER no PNE. Douglas sugeriu que a Cadara pudesse dialogar com outros setores do MEC para fazer incidir a agenda étnico-racial nas políticas educacionais. Lígia Ferreira propôs a criação de uma pasta compartilhada na qual os membros da comissão pudessem acessar os normativos, editais e outros documentos pertinentes. Marinildes Martins sugeriu que a Cadara emitisse

orientações, um plano de trabalho para a atuação dos membros nos estados e municípios. Lucimar explicou que essa representação está prevista no Regimento Interno da comissão, mas que faria uma consulta para saber como, enquanto o regimento não é aprovado, os membros poderiam atuar em nome da comissão. Às catorze horas Lucimar retomou a apresentação sobre a Política Nacional de Educação para as Relações Étnico-raciais. Em relação aos objetivos propostos: “Assegurar educação antirracista, equitativa e promover oportunidades de aprendizagem para a valorização da diversidade étnico-racial; e Elevar a qualidade e promover a equidade para estudantes negros em todas as etapas e modalidades da Educação Básica, em regime de colaboração com os sistemas de ensino, com foco no acesso, permanência, e conclusão das etapas, garantindo trajetória regular e aprendizagem em níveis adequados destes estudantes”, João Pio sugeriu que o segundo objetivo explicitasse e articulasse a desigualdade à questão racial, ou seja ao racismo. Lázaro Raimundo e Ana Cristina defenderam a necessidade de explicitar que o racismo produz os mecanismos de desigualdade. Ana propôs que fosse incluído no objetivo “eliminar o racismo e a desigualdade racial”, e que fosse apresentada uma definição de educação antirracista. Lucineia Chrispim sugeriu revisão dos dados incluindo a EJA, pois os jovens negros estão cursando a Educação de Jovens e Adultos, e, segundo ela, sequer se discute o acesso à universidade pelas cotas. Marcilene Garcia comentou sobre as ações em curso na Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do MEC (Setec), a exemplo de recursos para a bioeconomia, inclusive para territórios quilombolas, e manifestou o interesse da Setec em investir em ações afirmativas na rede federal. Clélia Mara fez uma apresentação na qual comentou sobre a publicação “Lei nº 10.639/03, A atuação das secretarias municipais de educação no ensino de história e cultura africana e afro-brasileira” (Instituto Alana/Geledés, 2023). Rosa Margarida perguntou à convidada do FNDE, Raquel Pereira, sobre a possibilidade de se estabelecer uma porcentagem dos recursos do PDDE, como ação afirmativa no ensino fundamental, para adquirir livros na temática ERER. Lázaro, também à representante do FNDE, propôs que a autarquia contemplasse iniciativas da sociedade civil, uma parceria público-popular na qual o movimento negro possa fazer a gestão junto com as escolas. Essa parceria seria um dos critérios para o repasse de recursos à escola. Raquel Pereira explicou que um dos princípios do PDDE é estimular a gestão escolar, mas que as capacitações dos gestores, nas quais aprendem a lidar com a burocracia do programa, podem incluir informações sobre equidade. Lucineia Chrispim lembrou que há muito o movimento negro, voluntariamente, forma os professores, mas que a política pública precisa dialogar com esse movimento a partir de outro lugar. Ana Cristina trouxe a necessidade de se discutir a permanência, inclusive simbólica, dos estudantes do ensino superior e de que tenham um atendimento adequado por profissionais de saúde. Também sugeriu a criação de ações para que os agentes públicos preencham o campo cor/raça do censo escolar. Clélia defendeu que a Secadi destine recursos próprios

para ERER no PDDE e que o movimento social e a sociedade civil se aproximem do conselho escolar. A Comitativa “Caminhos Amefricanos” – programa realizado em parceria entre MEC, MIR e CAPES - veio visitar os membros da Cadara e foi apresentada, por Kátia Regis do Ministério da Igualdade Racial (MIR). O MEC ofertará apoio educacional, sob a coordenação da Universidade Federal do Maranhão, para intercâmbio de estudantes pretos, pardos e quilombolas a Moçambique, Cabo Verde e Colômbia. Houve troca de músicas locais entre a comitativa e a comissão e depois seguiram os trabalhos da comissão. Adriana Moreira destacou o Desafio da retomada dos Fóruns em todos os estados, para depois pensar na governança dos fóruns nas políticas. Lucimar colocar como possibilidade, onde houver fóruns, eles poderão fazer parte da governança. Cleber Santos, assessor no gabinete da Secadi informou sobre a atuação da secretaria na tramitação da Lei de Cotas, que está em processo revisional. Lucimar apresentou os encaminhamentos futuros: **a) convocar reunião extraordinária da Cadara** com o tema de educação integral, sugerida para 30 de outubro de 2023, das 19h às 21h, com a participação de representante da Secretaria de Educação Básica para apresentar o programa Escola em Tempo Integral; **b) criar Grupo de Trabalho para dialogar com as representantes da UNCME e da Undime**, para acompanhar as ações dessas instituições na pauta de ERER. Undime se propôs a consultar a direção da instituição sobre esta possibilidade e dará retorno. Os GTs propostos atuariam em duas frentes: para constituir uma agenda com a Undime e para acompanhar as ações da UNCME o desenho dos instrumentos de pesquisa; **c) criar Grupo de Trabalho sobre o PNE**, para desenhar e organizar a participação estratégica da Cadara e do movimento negro na elaboração do projeto de lei do próximo PNE; **d) criar Grupo de Trabalho com foco específico dos movimentos sociais nas Conferências de Educação**, podendo ou não ter uma Conferência Livre: Educafro, Instituto de Mulheres Negras no 10 de outubro, on-line. Os GT não foram aprovados pela plenária por falta de pessoas para compô-los. Decidiu-se então realizar a reunião extraordinária e criar uma equipe de trabalho para sistematizar as orientações para a participação dos membros da Cadara com Billy, Adriana Conceição. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião. Brasília/DF, 27 de setembro de 2023. Eu, Edivar Noronha, lavro esta ata.